



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 34.494/17-e

Processo nº: 34.494/17-e

Jurisdicionada: Polícia Civil do Distrito Federal

Assunto: Licitação

Órgão Técnico: Secretaria de Acompanhamento

MP: Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

Valor Estimado: R\$ 19.729.291,06, vigência de 12 (doze) meses

Data de Abertura: 31.10.2017, às 10h00min (suspensão em face da Decisão nº 5.276/17-CPM)

Publicação: Pauta dispensada (art. 116, § 5º, inciso V do Regimento Interno do TCDF)

Ementa: Análise do Pregão Eletrônico nº 64/17, elaborado pela Polícia Civil do Distrito Federal, visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados e sob demanda de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos, nas dependências da jurisdicionada.

Suspensão do certame e determinações à Polícia Civil do DF para apresentar esclarecimentos ou efetivar as correções apontadas (Decisão nº 5.276/17-CPM). Envio de documentos.

Representação oferecida por empresa privada acerca de possíveis irregularidades no procedimento licitatório.

Conhecimento parcial da peça e abertura de prazo à jurisdicionada para se manifestar (Decisão nº 163/18-CPT). Remessa de informações.

Improcedência da Representação e autorização para prosseguimento da licitação com ajustes no edital ante a superveniência do Decreto nº 38.934/18 (Decisão nº 3.112/18-CPM).

Oposição de Embargos de Declaração opostos pela Polícia Civil do Distrito Federal.

Na Sessão de 19.7.2018, VOTEI pelo acolhimento dos Embargos para elucidar a obscuridade e/ou omissão apontada no **decisum**.

VISTA DOS AUTOS deferida ao Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO (Decisão nº 3.496/18-CPM).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 34.494/17-e

O 1º Revisor VOTA pelo desprovimento dos Embargos por não haver obscuridade, omissão ou contradição na decisão atacada e pela emissão de esclarecimentos à jurisdicionada em prestígio à atuação pedagógica das Cortes de Contas.

Na Sessão de 19.7.2018, VOTEI pela manutenção do entendimento firmado anteriormente, com ajustes redacionais.

VISTA DOS AUTOS deferida ao Conselheiro MANOEL DE ANDRADE (Decisão nº 3.975/18-CPM).

O 2º Revisor VOTA em conformidade com o posicionamento do 1º Revisor.

Reabertura da discussão (RI, art. 64, §§ 1º e 6º). Distribuição antecipada dos Votos do 1º Revisor, do 2º Revisor e deste Relator na forma do art. 54, inciso II do RI. Prosseguimento do julgamento iniciado na S.O. nº 5055.

VOTO pela manutenção do entendimento firmado anteriormente.

RELATÓRIO

Na S.O. de 19.7.2018 submeti à apreciação deste egrégio Plenário o Voto constante do e-doc D87763D6-e, o qual faço transcrever.

“12. Nesta fase, analisam-se os Embargos de Declaração da Polícia Civil do Distrito Federal em face da Decisão nº 3.112/18-CPM², que considerou improcedente a Representação da empresa Dinâmica Administração Serviços e Obras Ltda. e autorizou a

² **DECISÃO Nº 3112/18-CPM:** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, que aderiu ao acréscimo apresentado pelo Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, decidiu: I – tomar conhecimento dos Ofícios nºs 197/2017-Ass/DAG (edoc 652A0325-c) e 225/2017-CPL (e-doc 0D0284C2-c); II – ter por atendida a Decisão nº 5.276/17; III – considerar improcedente a Representação da empresa Dinâmica Administração Serviços e Obras Ltda.; IV – autorizar a Polícia Civil do Distrito Federal que dê continuidade ao Pregão Eletrônico nº 64/17, observando a adoção do regimento disposto no Decreto nº 38.934/18, tendo em conta as considerações expendidas pelo Parquet especializado no Parecer nº 213/2018-CF (e-doc 09A7F380-e) e a consequente adoção da medida prevista no art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93; V – dar ciência desta decisão à Representante, à jurisdicionada e ao pregoeiro responsável pelo certame; VI – autorizar: a) o encaminhamento do Parecer nº 213/2018-CF (e-doc 09A7F380-e) à Polícia Civil do Distrito Federal para subsidiar o cumprimento do inciso IV; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins. Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTCD, Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausente o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 34.494/17-e

continuidade do Pregão Eletrônico nº 64/17³ com a observância do regramento disposto no Decreto nº 38.934/18⁴ (e-doc 09A7F380-e).

13. A Embargante faz os seguintes questionamentos:

a) a licitante pode ofertar índices de produtividade majorados em relação ao estabelecidos na norma, de modo a diminuir a quantidade de postos de trabalho?

b) a alteração do edital com vista a atualizar quantitativos e valores de referência, com base nos índices de produtividade contidos na Instrução Normativa nº 05/2017-SGMP, atenderia ao comando do Tribunal?

14. Preliminarmente, é necessário proceder ao exame de admissibilidade do recurso.

15. O recorrente foi notificado do *decisum* em 27.6.2018 (e-doc DBECFAA6-e) e o apelo protocolado em 12.7.2018. Apesar de ter excedido o prazo de 10 (dez) dias previsto no art. 287⁵ do Regimento Interno do TCDF, considerando a prorrogação de prazo concedida por meio do Despacho Singular nº 350/2018-GCPM (e-doc 648041E8-e)⁶, constata-se que o requisito da tempestividade restou devidamente preenchido.

16. No tocante aos demais pressupostos de admissibilidade, nota-se que a parte é legítima e que os Embargos buscam elucidar supostas obscuridades e omissões. Assim, não há óbice em serem conhecidos.

17. Quanto ao mérito, as alegações aventadas estão relacionadas à *aplicação das Instruções Normativas nºs 2/2008*, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão⁷, e *5/2017*, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão⁸.

18. A fim de clarear o primeiro ponto – concernente à possibilidade

³ O Pregão Eletrônico nº 64/17 visa à contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados e sob demanda de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos, nas dependências da jurisdicionada

⁴ DECRETO Nº 38.934, DE 15 DE MARÇO DE 2018 - Dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

⁵ Art. 287. Cabem embargos de declaração quando houver obscuridade, omissão ou contradição em decisão do Tribunal.

⁶ § 1º Os embargos de declaração poderão ser opostos por escrito, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de dez dias, contados na forma prevista no art. 168 deste Regimento, com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissão, sob pena de rejeição in limine.

⁷ A princípio, o prazo para oposição dos embargos teria findado em 9.7.2018, todavia em razão do Despacho Singular nº 350/2018-GCPM, de 11.7.2018, o prazo restou dilatado até 21.7.2018. Destaca-se que a jurisdicionada protocolou os Embargos de Declaração antes de tomar conhecimento da referida decisão monocrática, o que não obsta a concessão da prorrogação e o conhecimento do recurso como tempestivo.

⁸ IN nº 2/2008 - Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não.

⁹ IN nº 5/2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 34.494/17-e

de propostas com flexibilização no número de postos de trabalho – , trago à baila trecho do Voto-Vista do Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, o qual acolhi na Sessão de 26.6.2018:

*“Em razão disso, com as devidas vênias aos entendimentos contrários, entendo que **não há, nos autos, qualquer motivação capaz de justificar eventual determinação à PCDF no sentido de possibilitar às licitantes a oferta de propostas com índices de produtividade diferentes dos adotados pela jurisdicionada, conforme proposto pela n. representante do Parquet especial. Saliento, inclusive, que a sugestão aventada pelo órgão ministerial poderia inviabilizar o cotejamento equânime das propostas de preços, tendo em conta que o número de postos de trabalho passaria a ser flexibilizado.**”*

19. Mostra-se, portanto, cristalino que as licitantes **não poderão** ofertar propostas com índices de produtividade diferentes dos previstos no edital sob pena de inviabilizar o cotejamento equânime dos preços, já que o número de postos de trabalho seriam distintos entre as propostas. Assim, conclui-se que **poderá ser adotado número fixo de postos de trabalho decorrente da utilização invariável dos coeficientes previstos na Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, conforme metodologia anteriormente adotada.**

20. Importante reiterar que a quantidade de postos de serventes considerou as produtividades mínimas fixadas na Instrução Normativa nº 02/2008. Ou seja, calculou-se a razão entre o somatório das áreas a serem limpas em cada unidade e as produtividades mínimas estabelecidas no art. 44 da Instrução Normativa nº 02/2008.

21. Portanto, **não há irregularidade na metodologia utilizada pela Polícia Civil do DF.**

22. No que diz respeito ao segundo ponto – alusivos aos parâmetros a serem aplicados – ressalta-se que a jurisdicionada deverá observar os novos índices de produtividade por “servente” constantes do Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 05/20171.

¹ 3. Nas condições usuais serão adotados índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, de acordo com os seguintes parâmetros:

3.1. Áreas Internas:

- a) Pisos acarpetados: 800 m² a 1200 m² ;
- b) Pisos frios: 800 m² a 1200 m² ;
- c) Laboratórios: 360 m² a 450 m² ;
- d) Almoxarifados/galpões: 1500 m² a 2500 m² ;
- e) Oficinas: 1200 m² a 1800 m² ;
- f) Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão: 1000 m² a 1500 m² ; e
- g) Banheiros: 200 m² a 300 m².

3.2. Áreas Externas:

- a) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações: 1800 m² a 2700 m² ;
- b) Varrição de passeios e arruamentos: 6000 m² a 9000 m² ;
- c) Pátios e áreas verdes com alta frequência: 1800 m² a 2700 m² ;
- d) Pátios e áreas verdes com média frequência: 1800 m² a 2700 m² ;
- e) Pátios e áreas verdes com baixa frequência: 1800 m² a 2700 m² ; e
- f) coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária: 100.000 m² .



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 34.494/17-e

*Tais índices, conforme mencionado nos embargos opostos, implicará substancial redução no valor de referência do certame ante à majoração dos coeficientes de produtividades estabelecidos na **novel** legislação, de forma a não persistirem motivos para adoção do normativo anterior.*

Ante o exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento dos Embargos de Declaração opostos pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF (e-doc ED7528EA-c) em face da Decisão nº 3.112/18-CPM, para, no mérito, acolhê-los;

II. esclareça a jurisdicionada que:

a) a metodologia adotada com relação ao número fixo de postos de trabalho, com base nos coeficientes estabelecidos em Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, está correta;

b) a atualização do edital deverá observar os novos índices de produtividade estabelecidos no Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 05/2017;

III. autorize:

a) o encaminhamento deste Relatório/Voto à embargante para subsidiar as providências a serem tomadas para atualizar o edital do Pregão Eletrônico nº 64/17 e posterior prosseguimento do procedimento licitatório após a necessária republicação do edital;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para adoção das providências cabíveis.”

3.3. Esquadrilhas Externas:

- a) face externa com exposição a situação de risco: 130 m² a 160 m²;
- b) face externa sem exposição a situação de risco: 300 m² a 380 m²; e
- c) face interna: 300 m² a 380 m².

3.4. Fachadas Envidraçadas: 130 m² a 160 m², observada a periodicidade prevista no Projeto Básico;

3.5. Áreas Hospitalares e assemelhadas: 360 m² a 450 m².

4. Nos casos dispostos no item 3, será adotada a relação de um encarregado para cada trinta serventes, ou fração, podendo ser reduzida, exceto para o caso previsto no subitem 3.4 do referido item, onde será adotado um encarregado para cada quatro serventes.

5. Considerar-se-á área externa aquela não edificada, mas integrante do imóvel.

6. Considerar-se-á a limpeza de fachadas envidraçadas, externamente, somente para aquelas cujo acesso para limpeza exija equipamento especial, cabendo ao dirigente do órgão/entidade decidir quanto a oportunidade e conveniência desta contratação.

7. As áreas hospitalares serão divididas em administrativas e médico hospitalares, devendo as últimas reportarem-se aos ambientes cirúrgicos, enfermarias, ambulatórios, laboratórios, farmácias e outros que requeiram assepsia similar para execução dos serviços de limpeza e conservação.

8. As produtividades de referência previstas no item 3 poderão ser alteradas por meio de Portaria da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

9. Nos casos em que a área física a ser contratada for menor que a estabelecida para a produtividade mínima de referência estabelecida neste anexo, esta poderá ser considerada para efeito da contratação.

10. O caderno de Logística conterá metodologia de referência para a contratação de serviços de limpeza e conservação, compatíveis com a produtividade de referência estabelecida neste anexo, podendo ser adaptadas às especificidades da demanda de cada órgão ou entidade contratante.

11. O órgão ou entidade contratante poderá adotar índices de produtividade diferenciados dos estabelecidos neste anexo, desde que devidamente justificado nos Estudos Preliminares.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 34.494/17-e

2. Naquela oportunidade, o Tribunal, acolhendo solicitação formulada pelo Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, deferiu-lhe vista dos autos (Decisão nº 3.496/18-CPM, de 19.7.2018, e-doc 41E75E96-e).

3. O nobre **Revisor** apresentou, em 13.8.2018, o Voto-Vista constante do e-doc 9029F91C-e, do qual destaco o seguinte trecho:

“Ao compulsar os autos com a atenção que a matéria requer, entendo que o encaminhamento aventado pelo n. Relator do feito merece acolhida pelo Plenário desta Corte de Contas, com ajustes.

Quanto à admissibilidade dos embargos declaratórios opostos pela PCDF, considero, em harmonia com o i. Conselheiro Paiva Martins, que o Plenário deve tomar conhecimento da aludida peça recursal, em razão do Despacho Singular n.º 350/2018 – GCPM (e-DOC 648041E8-e), ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos no art. 35 da Lei Complementar n.º 01/94 c/c art. 287 do RI/TCDF.

No tocante ao mérito dos referidos embargos, com as devidas vênias aos entendimentos contrários, tenho que o Tribunal deve negar provimento aos referidos embargos declaratórios.

Em que pese o i. Relator, nesta oportunidade, tenha citado parte do voto de vista por mim lançado na fase pretérita para fundamentar seu posicionamento quanto à procedência parcial dos aludidos embargos, peço vênias para discordar do encaminhamento proposto pelo n. Conselheiro Paiva Martins, em razão de outros esclarecimentos por mim lançados àquela época, transcritos a seguir:

“Considerando que o Decreto Distrital n.º 38.934/2018 (que recepcionou no Distrito Federal a IN n.º 05/2017) ainda não se encontra em vigência, a tendência seria acompanhar o encaminhamento aventado pelo n. Conselheiro Paiva Martins, no sentido de considerar atendida a Decisão n.º 5.276/2017 e, no mérito, improcedente a Representação ofertada pela empresa Dinâmica Administração Serviços e Obras Ltda., autorizando-se, por consequência, a continuidade do PE n.º 64/2017-PCDF e o arquivamento dos autos.

Entrementes, em razão de a Lei Complementar federal n.º 95/1998 no § 1º do art. 8º assim dispor da forma a seguir acerca da metodologia a ser utilizada para contagem de prazo para a vigência dos atos normativos, constato que a entrada em vigor do Decreto n.º 38.934/2018 irá ocorrer em 14.06.2018 (amanhã):

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 34.494/17-e

"entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

§ 1º A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral. (Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

A referida disposição legal demanda que a Corte de Contas, a par de considerar improcedente a representação, há que determinar à PCDF que dê continuidade ao certame, observando a adoção do regramento disposto no Decreto n.º 38.934/2018, com a consequente republicação do instrumento convocatório.

Ademais, foram fixados novos valores limites para os serviços de limpeza e conservação baseados em índices de produtividade, parametrizados em decorrência do advento da IN n.º 05/2017-MP no bojo da Portaria n.º 213/2017 da Seges/MP que podem conduzir à redução dos valores alusivos à contratação em exame, se alinhando à preocupação externada pelo duto órgão ministerial.” (grifos acrescidos)

Assim, a meu ver, o disposto no item IV da Decisão n.º 3.112/2018, que autorizou a PCDF a dar “continuidade ao Pregão Eletrônico nº 64/17, observando a adoção do regramento disposto no Decreto nº 38.934/18, tendo em conta as considerações expendidas pelo Parquet especializado no Parecer nº 213/2018-CF (e-doc 09A7F380-e) e a consequente adoção da medida prevista no art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93”, não enseja qualquer saneamento por parte deste Tribunal. Não há qualquer obscuridade, omissão ou contradição na Decisão n.º 3.112/2018.

Nada obstante, tendo em o caráter pedagógico desta Corte de Contas, entendo que o Tribunal pode esclarecer à PCDF que, em razão do Decreto Distrital n.º 38.934/2018, o edital do Pregão Eletrônico n.º 64/2017 deverá adotar, como métrica para contratação dos serviços de limpeza e conservação, a área física a ser limpa, conforme estabelecido no item 2 do Anexo VI-B da Instrução Normativa n.º 05/2017 – SG/MPOG, observando-se os novos índices de produtividade estabelecidos no aludido anexo e estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado; não sendo mais admissível, ainda que excepcionalmente, a remuneração das empresas com base na quantidade de postos de trabalho (situação prevista no § 1º do art. 11 da Instrução Normativa n.º 02/2008 – SLTI/MPOG, revogada pela IN 05/2017).

Diante disso, tenho que o questionamento feito pela jurisdicionada (se o certame poderia prosseguir empregando-se os índices de produtividade estabelecidos na IN 05/2017-SG/MP, mas mantendo-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 34.494/17-e

se o quantitativo de postos fixos e vedando-se a possibilidade de que empresas participantes apresentem propostas com quantitativo de postos inferior ao estabelecido no Termo de Referência) resta devidamente respondido.

Assim, com as devidas vênias aos entendimentos contrários, VOTO, em harmonia parcial com o Relator do feito, n. Conselheiro Paiva Martins, no sentido de que o egrégio Tribunal:

I. tome conhecimento dos embargos dos declaração opostos pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF (e-DOC ED7528EA-c), em face da Decisão n.º 3.112/2018, em razão do Despacho Singular n.º 350/2018 – GCPM (e-DOC 648041E8-e), ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos no art. 35 da Lei Complementar n.º 01/94 c/c art. 287 do RI/TCDF;

II. no mérito, negue provimento aos referidos embargos declaratórios, em razão da ausência de obscuridade, omissão ou contradição na Decisão n.º 3.112/2018;

III. tendo em conta o caráter pedagógico desta Corte de Contas, esclareça à PCDF que, em razão do Decreto Distrital n.º 38.934/2018, o edital do Pregão Eletrônico n.º 64/2017 deverá adotar, como métrica para contratação dos serviços de limpeza e conservação, a área física a ser limpa, conforme estabelecido no item 2 do Anexo VI-B da Instrução Normativa n.º 05/2017 – SG/MPOG, observando-se os novos índices de produtividade estabelecidos no aludido anexo e estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado; não sendo mais admissível, ainda que excepcionalmente, a remuneração das empresas com base na quantidade de postos de trabalho (situação prevista no § 1º do art. 11 da Instrução Normativa n.º 02/2008 – SLTI/MPOG, revogada pela IN 05/2017);

IV. dê ciência da decisão que vier a ser adotada à jurisdição;

V. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para adoção das providências cabíveis.”

4. Em apertada síntese, o 1º Revisor diverge quanto ao acolhimento dos Embargos de Declaração opostos pela jurisdição, pois, no seu entender, não há qualquer obscuridade, omissão ou contradição na Decisão nº 3.112/18-CPM.

5. Inobstante, em prestígio ao viés pedagógico da atuação desta Corte de Contas, vota pela emissão de esclarecimentos à Polícia Civil do DF para que observe, em razão do Decreto Distrital nº 38.934/18, **como métrica para contratação dos serviços de limpeza e conservação a área física a**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 34.494/17-e

ser limpa, consoante determina o item 2 do Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 05/2017 – SG/MPOG, atentando-se para os novos índices de produtividade registrados no aludido anexo e para a necessidade de se realizar **estimativa do custo por metro quadrado**.

6. O nobre Conselheiro argumenta que não é mais admissível, ainda que excepcionalmente, a remuneração das empresas com base na quantidade de postos de trabalho (situação prevista no § 1º do art. 11 da Instrução Normativa nº 02/2008 – SLTI/MPOG², revogada pela Instrução Normativa nº 05/2017).

7. A discordância em relação ao 1º Revisor, portanto, reside no **provimento** do recurso e, em especial, na **métrica** escolhida pela jurisdicionada para a contratação dos serviços de limpeza e conservação.

8. Na Sessão de 16.8.2018, a discussão foi reaberta e reapresentei o Voto anterior (e-doc 5DE7D4E1-e) com as seguintes considerações:

“7. Lamentando dissentir do posicionamento do Revisor, a Instrução Normativa nº 05/2017 – SG/MPOG foi cristalina em seu Anexo V (diretrizes para elaboração do Projeto Básico ou Termo de Referência) ao permitir, ainda que excepcionalmente, a adoção da unidade de medida por postos de trabalho – inclusive o texto é semelhante ao da norma revogada (v. nota de rodapé) –, o que foi rechaçado no voto-vista, senão vejamos:

d.1.2. excepcionalmente poderá ser adotado critério de remuneração da contratada por postos de trabalho, devendo ser definido o método de cálculo para quantidades e tipos de postos necessários à contratação;

d.1.3. na adoção da unidade de medida por postos de trabalho ou horas de serviço, admite-se a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, vedando-se a realização de horas extras ou pagamento de adicionais não previstos nem estimados originariamente no ato convocatório.

8. Verifica-se, portanto, que apesar de o Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 05/2017 indicar como regra que os serviços de limpeza e conservação serão contratados com base na área física a ser limpa, a própria norma permite excepcionalmente a sua

² Instrução Normativa n.º 02/2008 – SLTI/MPOG:

Art. 11. A contratação de serviços continuados deverá adotar unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada, e que elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho.

§ 1º Excepcionalmente poderá ser adotado critério de remuneração da contratada por postos de trabalho ou quantidade de horas de serviço quando houver inviabilidade da adoção do critério de aferição dos resultados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 34.494/17-e

contratação por postos de trabalho.

9. No caso concreto, conforme justificado pela jurisdicionada, postos como o Instituto de Medicina Legal, as Delegacias de Polícia e outros similares exigem a presença física do pessoal de limpeza nas 24 horas, pelas suas próprias características intrínsecas.”

9. Na oportunidade, o Tribunal, acolhendo solicitação formulada pelo Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, deferiu-lhe vista dos autos (Decisão nº 3.975/18-CPM, e-doc CA406320-e).

10. O 2º Revisor apresentou, em 27.8.2018, o Voto-Vista constante do e-doc 4C647551-e, cujo excerto colaciono a seguir:

“Ao examinar mais detidamente a matéria, com as vênias de estilo, alinho-me ao posicionamento revisor. Explico.

Primeiramente, muito embora o Relator defenda que a Decisão n.º 3.112/2018 comporta esclarecimentos, tenho que a matéria processual já se encontra suficientemente tratada, uma vez que o Tribunal, autorizando o prosseguimento do certame, foi claro ao estabelecer que o órgão deveria adotar o regramento disposto pelo Decreto n.º 38.934/2018, que recepcionou as novas regras insculpidas na Instrução Normativa n.º 05/2017, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG.

Assim, ainda que se conheça dos Embargos de Declaração, considerando o preenchimento dos requisitos de admissibilidade dispostos pelo art. 287 do Regimento Interno do TCDF, no mérito o recurso não merece acolhida.

*Entretanto, apenas a título de orientação, assim como proposto pelo Revisor, com a entrada em vigor do mencionado regramento, imperioso que a jurisdicionada observe as disposições insertas no Anexo **VI-B** (Serviço de Limpeza e Conservação), que determina:*

“2. Os serviços de limpeza e conservação deverão ser contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação;

2.1. Os órgãos e entidades deverão utilizar as experiências e os parâmetros aferidos e resultantes de seus contratos anteriores para definir as produtividades da mão de obra, em face das características das áreas a serem limpas, buscando sempre fatores econômicos favoráveis à Administração Pública”.

Nesse viés, em que pese o entendimento do nobre Relator, tenho



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 34.494/17-e

*que as disposições insertas nos subitens 2.6, “d.1.1” e “d.1.2”, do **Anexo V** (Diretrizes para elaboração do projeto básico ou termo de referência), da vergastada Instrução Normativa, tratam das regras gerais aplicadas a todas as contratações de serviços sob regime de execução indireta, não devendo, portanto, subjugar as normas específicas estipuladas para a contratação dos serviços de limpeza e conservação.*

De tal sorte, acompanho de forma integral o posicionamento do Revisor e manifesto-me no sentido de que o eg. Plenário tome conhecimento dos Embargos de Declaração opostos pela Polícia Civil do Distrito Federal para, no mérito, negar-lhes provimento, sem obstáculo de orientar-lhe para que observe as regras dispostas pelo Anexo VI-B da Instrução Normativa n.º 05/2017 – MPOG, dado o mister da atuação pedagógica exercida pelo Controle Externo.”

11. O 2º Revisor adere ao posicionamento do 1º Revisor e sustenta que a norma é mandatória quanto à adoção da métrica **área física a ser limpa**³.

12. Ainda que os nobres pares tenham se manifestado em linha com o entendimento deste Relator no sentido de que o órgão deverá observar o Decreto nº 38.934/18, que recepcionou as novas regras insculpidas na Instrução Normativa nº 05/2017, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG, nota-se a manutenção da divergência quanto à **métrica** a ser utilizada para a contratação dos serviços de limpeza e conservação.

13. Com as devidas vênias, permaneço convencido de que, no caso concreto – tendo em vista as peculiaridades da contratação e as justificativas apresentadas pela Polícia Civil do DF –, é possível adotar a unidade de medida por **postos de trabalho**⁴.

Assim sendo, com base nos fundamentos expostos nas sessões pretéritas, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento dos Embargos de Declaração opostos pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF (e-doc ED7528EA-c) em face da Decisão nº 3.112/18-CPM, para, no mérito, acolhê-los;

II. esclareça à jurisdicionada que:

a) a metodologia adotada com relação ao número fixo de postos de trabalho, com base nos coeficientes estabelecidos em Instrução Normativa do Ministério do

³ Com fundamento no item 2 do Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 05/2017 – SG/MPOG.

⁴ Conforme item 2.6 do Anexo V da Instrução Normativa nº 05/2017 – SG/MPOG.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 34.494/17-e

Planejamento, é medida excepcional e encontra amparo no Anexo V da Instrução Normativa nº 05/2017 – SG/MPOG, restando, portanto, correta, desde que a opção por esta métrica, em detrimento à contratação com base na área física a ser limpa, esteja devidamente justificada no processo de contratação;

b) a atualização do edital deverá observar os novos índices de produtividade estabelecidos no Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 05/2017;

III. autorize:

a) o encaminhamento de cópia deste Relatório/Voto à embargante para subsidiar as providências a serem tomadas para atualizar o edital do Pregão Eletrônico nº 64/17 e posterior prosseguimento do procedimento licitatório após a necessária republicação do edital;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para adoção das providências cabíveis.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 2018.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição antecipada.